

# A esfera da ação como espaço de aparecimento dos homens em Hannah Arendt

---

*The sphere of action as the appearance space of men in Hannah Arendt\**

**Cláudia Bhrenna Falcão Castro\***

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo mostrar como a ação – e o discurso, como estando intimamente ligado à aquela –, conceito fundamental na filosofia de Hannah Arendt, se apresenta como um critério indispensável para o movimento empreendido pelos homens de saída de um lugar privado, para um espaço público, e, por conseguinte, do aparecimento no mundo humano, revelando, assim, não só os seus corpos biológicos, mas os aspectos plurais de seres únicos. Pretende-se, portanto, expor a ascensão humana de um contexto particular para o público, frente ao desvelamento do “quem”, tendo em vista as características advindas da pluralidade. Para isso, teremos em perspectiva primeira o capítulo V de “A Condição Humana”, onde Hannah Arendt apresentou de maneira mais detida os conceitos que aqui nos ocuparemos.

**Palavras-chave:** Ação. Aparecimento dos homens. Discurso. Pluralidade.

**Abstract:** This article aims to show how action - and the discourse, as being intimately connected to this -, a fundamental concept in Hannah Arendt's philosophy, is presented as an indispensable criterion for the movement undertaken by men leaving a private place, for a public space, and, therefore, of appearance in the human world, thereby revealing not only their biological bodies, but their plurality of unique beings. It is intended, therefore, to expose a human ascension of a particular context to the public, in front of the unveiling of the "who", considering as characteristics coming from the plurality. For this, we will have in first perspective the chapter V of "The Human Condition", where Hannah Arendt presented in a more secluded way the concepts that we will deal with here.

**Keywords:** Action. Appearance of men. Discourse. Plurality.

---

\* Artigo fruto de pesquisa realizada na disciplina Tópicos Especiais de Filosofia do Direito II ministrada pelo Prof. Dr. Francisco Jozivan Guedes de Lima sobre A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth no Programa de Pós-Graduação em Filosofia UFPI, em 2017.1.

\* Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Contato: [claudia\\_falcaocastro@hotmail.com](mailto:claudia_falcaocastro@hotmail.com)  
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4436926T0>

## INTRODUÇÃO

A pluralidade humana, conforme Hannah Arendt, se apresenta como condição necessária para a manifestação da ação e do discurso, e possui como características constitutivas dois aspectos, a saber, o da igualdade e o da distinção. Sendo iguais, os homens se perfilham enquanto participantes de um mundo comum, compreendem, assim, tanto as histórias que foram contadas por aqueles que viveram antes, quanto as que são construídas no tempo presente e ressoam no futuro, fazendo com que sejam capazes de planejar e de antever em alguma medida necessidades vindouras. Na distinção, os seres humanos constroem narrativas com o intuito de serem vistos e ouvidos, de se comunicarem, ou seja, de serem percebidos pelos demais indivíduos. Há, desse modo, no instante em que a ação e o discurso se manifestam, a revelação do agente. É diante do aparecimento desse outro, frente a ação e ao discurso, que a distinção, aspecto da pluralidade, ultrapassa a mera consciência da diferença da existência corpórea entre os homens e se presentifica em palavras e atos.

Se o nascimento dos seres humanos figura para Arendt a possibilidade do novo, sendo que o surgimento deles na Terra apresenta a disposição para os inúmeros desdobramentos e surpresas, carregando consigo o princípio do começar em sentido mais amplo, a ação e o discurso correspondem a um segundo nascimento, e suas manifestações dependem objetivamente da decisão de cada indivíduo de querer colocar-se enquanto sujeito de fala e de práticas. Arendt, considera as noções gregas de *archein* (começar) e *prattein* (agir) para desenvolver sua tese acerca da ação humana.

Assim, se o primeiro nascimento depende em maior medida à escolha de terceiros, à decisão ou ocasião de gestar uma criança e pô-la no mundo, o segundo nascimento, no entanto, trata-se de uma iniciativa pessoal que, quando adere ao discurso e à ação, desemboca na revelação genuína da pluralidade humana, e, quando decide se abster, o indivíduo assume a escolha de uma vida morta para o mundo.

Diante disso, buscaremos considerar o momento e o lugar em que a ação e discurso assumem uma atitude ou uma atividade humana que expande a qualidade dos entes, lançando luz sobre os homens, as relações que são estabelecidas entre eles e a pluralidade que lhes é constitutiva.

## **AÇÃO E DISCURSO**

A razão pela qual Hannah Arendt vincula ação e discurso encontra-se na compreensão de que, estando separados, ambos os predicados perdem características catalisadoras que, quando juntas, produzem uma relação seminal.

Deste modo, para a filósofa alemã,

a ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: “Quem és?” Essa revelação de *quem* alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus feitos; [...] desacompanhado do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador, como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs executores a realizar coisas que permaneceriam humanamente incompreensíveis. A ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada pela palavra, e embora seu ato possa ser percebido em seu aparecimento físico bruto, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante por meio da palavra falada na qual ele se identifica como o ator, anuncia o que se faz, fez e pretende fazer (ARENDRT, 2016, p. 221).

O discurso, desvinculado da ação, perde alguns de seus atributos porque as mais variadas atividades podem ser feitas em silêncio, podendo ser substituído por signos, tal como nas práticas matemáticas e científicas, por exemplo. Nestas searas, o discurso assume um lugar secundário. Não é dispensável pontuar que em alguns campos de estudo da Filosofia há a tentativa de demonstrar que uma linguagem de signos pode servir como modo de expressão eficiente.

Contudo, conforme Arendt, “nenhuma outra realização humana precisa tanto do discurso quanto a ação” (ARENDDT, 2016, p. 221). Sem discurso, o agir humano pode ser facilmente instrumentalizado e arruína o seu verdadeiro sentido, uma vez que não há a apresentação dos outros homens<sup>1</sup>. A ação perde, com isso, a possibilidade de desvelar o agente, de conhece-lo em seu proferir e em suas manifestações.

A revelação do “quem” só se estabelece a partir dessa relação entre o falar e o agir. É importante salientar que há uma contraposição entre “quem” e “o que” dado indivíduo é. Parece haver, sempre que se tenta chegar ao “quem”, um movimento que acaba por dizer “o que” alguém é. Essa armadilha ocorre, de acordo com Arendt, devido ao nosso vocabulário, que nos faz incorrer em erro. Ao descrever as qualidades que uma pessoa tem, a direção tomada é a de apresentar características que ela possui e que estão em semelhança com as demais, “essa revelação das habilidades, talentos e defeitos é o ‘o que’. Sendo o ‘quem’ a unicidade específica que nos escapa” (ARENDDT, 2016, p. 225).

O desvelamento do agente por meio do que ele diz e faz não é alcançado de maneira objetiva, uma vez que nem o próprio agente tem domínio sobre o que será revelado. O que aparece para os outros, via de regra, se mantém oculto para ele. Explorando uma exemplificação usada por Arendt, o “quem” se assemelha à compreensão da religião grega de *daimon*, uma entidade que acompanha em vigília cada ser humano em seus atos e desdobramentos, mas que não se mostra explicitamente a este. Assim, o indivíduo que se revela por meio de palavras e ações desconhece quem desvela para os demais.

Estando silente e passivo, o agente oculta toda e qualquer chance de revelação acerca de quem é, abdicando de sua participação no espaço público, e a ação perde sua especificidade. Logo, a ação se reduz a qualquer feito e o discurso torna-se conversa banal.

---

<sup>1</sup> O que chamamos aqui de “apresentação dos outros homens” está ligado não somente ao conhecimento de que os indivíduos existem enquanto humanos que sabem da presença de outros humanos, mas, sobretudo, da revelação da presença de pessoas com características plurais a partir de sua decisão de agir, falar, narrar sua história etc.

Advém dessa análise, acerca do que a ação e o discurso são, e, conseqüentemente, aquilo que não convêm ser, a saber, qualquer feito e conversa banal, uma segunda distinção<sup>2</sup> quanto à qualidade reveladora de ambos. Tendo em vista que a revelação do agente só se dá quando este encontra-se com outros, disposto ao risco de se desvelar, e, aqui, o “com” denota a estreita relação que se estabelece entre eles, um puro estar junto, o desvelamento não acontece em ocasião “pró” nem “contra”, como Arendt fez questão de destacar. A filósofa alemã encontra no realizador de boas obras e no criminoso o modelo de homens que perderam o estar junto. “O primeiro, que deve ser desprovido do si mesmo [se/] e manter-se em completo anonimato” (ARENDDT, 2016, p. 223), e o segundo, “que precisa esconder-se dos outros” (ARENDDT, 2016, p. 223). Sendo figuras solitárias, o realizador de boas obras correspondendo ao “pró” e o criminoso ao “contra”, “estão ambos fora do intercurso humano e são figuras marginais que, em geral, surgem no cenário histórico em épocas de corrupção, desintegração e ruína política” (ARENDDT, 2016, p. 223). A distinção que se estabelece, pois, está no fato de que somente no espaço-entre, lugar do “com”, do domínio do público, torna-se possível o desvelamento do agente no agir. Tudo o que está para além disso localiza-se “pró” ou “contra”.

Quando é perdido o estar junto dos homens, a ação desfigura-se e se torna apenas um meio para atingir um fim. Um exemplo disso é o que acontece na guerra, quando a violência é usada para que os objetivos de um grupo sejam alcançados, e quando o que é dito transforma-se em propaganda e panfletagem para obter a adesão de alguns, ou iludir, ou produzir massa de manobra, dentre outros efeitos gerados a partir desse mecanismo. Neste caso, a força e o persuadir, no lugar do agir e do falar, são meios.

Para Arendt, o modo como a ação e o discurso se dão tem importância fundamental, já que sua intenção é eliminar descaracterizações, evitar o mecanismo de meios e fins e revelar,

---

<sup>2</sup> A primeira distinção diz respeito ao “o que” e “quem”.

mediante a teia de relações humanas, os sujeitos que falam e agem.

Assim,

a ação e o discurso ocorrem entre os homens, uma vez que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente [*agente-revealing*] mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente “objetivo”, dizendo respeito a questões do mundo das coisas no qual os homens se movem, mundo este que se interpõe fisicamente entre eles e do qual procedem seus interesses específicos, objetivos e mundanos. Esses interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que *inter-essa* [*inter-est*], que se situa entre as pessoas e que, portanto, é capaz de relacioná-las e mantê-las juntas. A maior parte da ação e do discurso diz respeito a esse espaço-entre [*in-between*], que varia de grupo para grupo de pessoas, de sorte que a maior parte das palavras e atos refere-se a alguma realidade objetiva mundana, além de ser um desvelamento do agente que atua e fala. Como esse desvelamento do sujeito é parte integrante do todo, até mesmo da mais “objetiva” interação, o espaço-entre físico e mundano, juntamente com os seus interesses, é recoberto e, por assim dizer, sobrelevado por outro espaço-entre inteiramente diferente, constituído de atos e palavras, cuja origem se deve unicamente ao agir e ao falar dos homens diretamente uns *com* os outros (ARENDDT, 2016, p. 226).

Devido ao fato desse segundo espaço-entre ser subjetivo e não tangível, as manifestações que ocorrem nele trazem um fator básico de incerteza que perpassa os assuntos que se dão entre os homens.

Apesar da intangibilidade do espaço-entre constituído de atos e palavras, ele não é menos real do que aquele físico e mundano. Assim, Arendt usa da metáfora da teia, apontando para a trama feita pela aranha e a impossibilidade de apalpar o que foi tecido pelo aracnídeo, para expressar essa vinculação entre a objetividade do espaço físico e a subjetividade advinda do espaço do agir e falar. A teia humana das intersecções existe, mas não se reduz a um critério de instrumentalidade.

A teia de relações humanas é, portanto, domínio dos assuntos humanos. Existe no espaço-entre onde os homens estão com outros. Na medida em que se juntam e que contam suas

estórias, os indivíduos se ligam às estórias distintas e dão início a uma nova narrativa. Ou seja, essa teia de relações se une a uma teia preexistente, que acontece quando um agente se desvela, e, a partir disso, “os homens principiam um outro processo, que finalmente emerge como singular estória de vida do recém-chegado, que afeta de modo singular as estórias de vida de todos aqueles com quem ele entra em contato” (ARENDT, 2016, p. 228). É devido à multiplicidade de intenções, desejos, vontades dessa teia preexistente de relações humanas que a ação encontra o desafio de chegar ao seu objetivo, mas é também por essa mesma razão que é possível produzir estórias, meio pelo qual a ação é real.

Arendt faz uma caracterização entre história [*history*] e estória [*story*], entendendo que esta é resultado do discurso e da ação, permitindo a revelação do agente. Segundo a filósofa, a condição pré-política e pré-história da história encontra-se na possibilidade que toda vida humana tem de ser narrada como estória. A razão pela qual cada vida humana conta sua estória, diz Arendt, “e pela qual a história se torna finalmente o livro de estórias [*storybook*] da humanidade, com muitos atores e oradores e ainda assim sem quaisquer autores tangíveis, é que ambas resultam da ação.” (ARENDT, 2016, p. 229.). O espaço de cena dos homens e de aparência advém dessa paisagem e, conseqüentemente, a famosa máxima da pensadora de que o teatro é a arte política por excelência serve didaticamente para sintetizar os componentes presentes nesse cenário.

A distinção, portanto, “entre a história real e ficcional é precisamente que esta última é ‘criada’ [*make up*], enquanto a primeira não o é de modo algum.” (ARENDT, 2016, p. 230). Destarte, não perdendo de vista o objetivo central deste artigo, o “quem” alguém é ou foi só é possível de ser conhecido se soubermos sua biografia, usando palavras de Arendt, “a história da qual ele é herói” (ARENDT, 2016, p. 230), compreendendo-o como um indivíduo que tem bravura e disposição para agir e falar, inserindo-se no mundo, iniciando e contando sua estória. “A coragem e mesmo a audácia já estão presentes no ato de alguém que abandona o seu esconderijo privado para mostrar

quem é, desvelando-se e exibindo-se a si próprio.” (ARENDDT, 2016, p. 231).

Assim, tudo o que está antes ou depois disso é o “que” esse indivíduo é e foi. Logo, se depreende que o lugar onde o sujeito de maneira audaz desvela-se é oposto à zona do isolamento, como será desenvolvido.

## **O ESPAÇO DE APARECIMENTO DOS HOMENS**

O aparecimento dos homens se dá no espaço da palavra e da ação, seu lugar é a esfera pública, é nela que a pluralidade humana se realiza em toda a sua capacidade. É na saída do homem de seu diálogo privado do eu consigo mesmo para uma interlocução com outros que a estrutura dialógica presente na ação ilumina e revela cada um dos homens no mundo. Nesta perspectiva, Arendt se alinha ao entendimento de Kant quanto àquilo que ele chamou de “mentalidade alargada”.

Como Lafer observou,

na interpretação de Hannah Arendt, Kant, na *Crítica do Juízo*, salienta uma maneira de pensar no plural, que consiste em ser capaz de pensar no lugar e na posição dos outros em vez de estar de acordo consigo mesmo. É o que Kant chama de *mentalidade alargada*. O alcance e a força do juízo da mentalidade alargada está em concordância potencial com os outros. A sua área de jurisdição não é a do pensamento puro, do diálogo do eu consigo mesmo, mas sim a do diálogo com os outros com os quais devo chegar a um acordo. Este juízo, portanto, não tem validade universal, mas sim validade específica, limitada às pessoas com as quais dialogo para chegar a um acordo. Este diálogo requer um espaço – o espaço da palavra e da ação – que constitui o mundo público onde surgem estes tipos de juízo.

Há, diante disso, uma ampliação da compreensão do campo em que os indivíduos se inserem quando se deslocam da interioridade para a exterioridade. Se, quando encerrados em si mesmos, os homens estão sob domínio do pensamento, na realização da ação e do discurso eles tomam parte no mundo e chegam ao espaço público, âmbito da política. Para Arendt, é neste espaço que a liberdade se permite aparecer e não no campo



do pensamento, já que todas as grandes questões metafísicas e perguntas sobre onde o livre arbítrio se insere apenas obscurecem o fenômeno da liberdade, que só ocorre genuinamente no momento em que o agir humano acontece.

A consciência da presença ou da ausência da liberdade ocorre na interação com os outros e não no diálogo metafísico do eu consigo mesmo (LAFER, 2016, p. 21). A liberdade interior, tal como no entendimento arendtiano, é derivativa, no sentido de que ela ocorre ou quando há um encolhimento forçado de um mundo público, tal como sucedeu nos regimes totalitários, por exemplo, ou numa retração deliberativa da *Vida Activa* para a reclusão, sem dúvida digna, da *Vita Contemplativa* (LAFER, 2016, p. 21). É no mundo público, com a comparecimento e participação plural dos homens, que a política e a liberdade incidem e articulam.

Assim, na esfera da ação, que pressupõe o estabelecimento da comunicação entre as pessoas e atividade no seu exercício contínuo, política e liberdade asseguram o espaço do diálogo, o envolvimento entre os homens e a construção de uma comunidade política, já que ambas acontecem enquanto há o movimentar-se dos indivíduos. A ação exige vida pública, a liberdade, do modo como Arendt a entende, só é conhecida no âmbito da política e esta é do domínio dos homens que apareceram.

Quando ocorre a perda da comunicação entre os homens, o laço entre ação e discurso é desfeito, propiciando o apagamento do “quem”, obscurecendo o mundo público e provocando o declínio dos assuntos humanos. Sem a revelação do agente, a liberdade e a política perdem o seu sentido e podem dar margem a condutas de soberania, onde a vontade individual prevalece, haja vista que, para que o agente se revele, é preciso que exista comunicação entre os homens, e, quando ela não ocorre, o homem ajuíza apenas sobre os seus próprios pensamentos, e o seu desejo acaba como poder supremo.

No instante em que os homens se revelam, a soberania se reduz a um dos opostos imediatos da pluralidade,” pois a soberania, o ideal da inflexível autossuficiência e autodomínio,

contradiz a própria condição de pluralidade” (ARENDDT, 2016, p. 290).

Quanto a isso, Correia esclarece,

a ação é a atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que a Terra e o mundo são habitados não pelo Homem, mas por homens e mulheres portadores de uma singularidade única –iguais enquanto humanos, mas radicalmente distintos e irrepetíveis, de modo que a pluralidade humana, mais que a infinita diversidade de todos os entes, é a “paradoxal pluralidade de seres únicos” (CORREIA, 2016, p. 23).

Aos homens, a salvaguarda da realidade do mundo e de seus direitos de multiplicidade são garantidos pela presença dos outros e pelo assentimento e disposição para o diálogo. “O espaço de aparência, deste modo, passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação” (ARENDDT, 2016, p. 247). Contudo, esse espaço só existe potencialmente, já que sua existência não é nem necessária nem para sempre, precisando do movimento humano que lhe deu origem para que seja atualizado.

O espaço que possibilita aos homens o aparecimento está no âmbito público, sendo o mundo o seu potencial lugar. É pertinente apresentar o conceito de mundo desenvolvido por Arendt, fruto de uma referência da filosofia de Heidegger, que extrapola a definição científica da compreensão daquilo que conhecemos sobre universo e o planeta humanamente habitado. O mundo é todo um conjunto de referências que o homem ergue ao redor de si, conferindo valores e sentidos aos demais, às suas atividades, funções, produções. “Esse mundo, com sua divisão de trabalho e suas classes sociais, é, para Hannah Arendt, justamente o que o imperialismo fez desaparecer, ao criar as massas de pessoas sem vínculos “(GRESPLAN, 2013, p. 160.). Sem vínculos, os indivíduos não encontram onde se apoiar e perdem o referencial para o diálogo e para a interação. A perda do “mundo”, da manifestação externa que o intercâmbio entre os homens possibilita, implica a supressão do espaço de aparecimento dos agentes. Esta compreensão de “mundo”, ou

melhor dizendo, esse diagnóstico da perda do mundo é levado adiante por Arendt quando sua filosofia política encontra o tema do terror total nos regimes totalitários.

O domínio público, tal como exposto anteriormente, é, pois, “obra do homem”, “em um sentido mais específico que o da obra de suas mãos ou o do trabalho do seu corpo” (ARENDDT, 2016, p. 257). Advém desta consideração tanto uma oposição à crença do *homo faber* da superior importância que os produtos feitos pelos homens têm, quanto à convicção do *animal laborans* de que é a vida o bem supremo. Como aponta Arendt, “a rigor, ambos são, portanto, apolíticos e tenderam a denunciar a ação e o discurso como ociosidade” (ARENDDT, 2016, p. 257). Em resposta a isso, a filósofa argumenta que, sem o espaço de aparência e sem a confiança na ação e no discurso como uma forma de convivência, é impossível estabelecer inequivocamente a realidade do si-mesmo próprio, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante (ARENDDT, 2016, p. 258).

Embora a intenção do *homo faber* seja o de ampliar a utilidade e beleza do mundo, dedicando-se à confecção de produtos, e ainda convivendo parcialmente com aqueles que, semelhante a ele, fabricaram coisas e colaboraram com a construção do mundo, ele usa as atividades públicas reduzindo-as ao critério de utilidade, modo menos autêntico de relação humana, em conformidade com Arendt.

Similarmente, o *animal laborans*, na tentativa de fazer com que a vida seja mais longa e fácil, também utiliza do critério de finalidade para o que julga ser um intento mais nobre do que a ação ou, como a compreende, que a “conversa ociosa”, provocada pelo discurso.

Os dois, entretanto, não prescindem completamente do domínio público, o instrumentalizam ao invés disso, o que, conseqüentemente, acaba por ser um dos motivos para a “perda do mundo”, já que o “quem” se perde em meio aos processos de produção e conservação e a oportunidade de revelação é arruinada.

Em tom de crítica, Arendt pontua,

somos, talvez, a primeira geração a adquirir plena consciência

das consequências mortíferas inerentes a uma linha de pensamento que nos força a admitir que todos os meios, desde que sejam eficazes, são admissíveis e justificados para alcançar alguma coisa que se definiu como fim. Contudo, para evitar esses caminhos batidos do pensamento, não basta fazer certas restrições, como a de que nem todos os meios são inadmissíveis, ou de que, em certas circunstâncias, os meios podem ser mais importantes que os fins; tais restrições ou dão como certo um sistema moral que, como demonstram as muitas exortações, dificilmente poderia ser dado como certo, ou então elas mesmas são subjugadas pela linguagem e pelas analogias que empregam. Falar de fins que não justificam todos os meios é cair em paradoxo, pois a definição de um fim é precisamente a justificação dos meios; e os paradoxos sempre indicam perplexidade, jamais as resolvem, e por isso jamais são convincentes (ARENDDT, 2016, p. 283-284).

A instrumentalização da atividade da ação, portanto, ou a transferência para outra atividade, acaba desencadeando o empobrecimento das relações humanas e do domínio público. Quando o mecanismo de meios e fins assume o *modus operandi* no espaços público, não há mais impedimento para que um agente use de todos os artifícios para alcançar o seu objetivo, seja ele qual for. Assim, a instrumentalização da ação define o espaço de aparecimento dos homens, que é o mundo, região do agir e do falar.

É diante da complexidade constitutiva do espaço de aparecimento dos homens, fundado não por um ser extramundano, mas pelos próprios indivíduos, e do diagnóstico da fragilidade deste ambiente, do perigo da instrumentalidade, que o cuidado, a manutenção e a importância dele deve ser considerada com atenção. O espaço de aparecimento dos homens é um espaço de atos e traz consigo o fardo da imprevisibilidade e da irreversibilidade, talvez resida aqui outro tema caro a Hannah Arendt, o qual não nos deteremos, mas que, em síntese, aponta para a responsabilidade que advém da ação. Não há liberdade sem responsabilidade. Aqui, o que nos interessa é notar que, para que exista espaço público, é necessário que os homens se mostrem, e, ao aparecerem, estão agindo, iniciando algo, e cada novo início apresenta características irreversíveis e imprevisíveis.

### Como esclarece Arendt,

os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe completamente o que está fazendo; que sempre vem a ser “culpado” de consequências que jamais pretendeu ou previu; que, por mais desastrosas e imprevisas que sejam as consequências do seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais se consuma inequivocamente em um único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se desvela para o ator, mas somente à mirada retrospectiva do historiador, que não age (ARENDDT, 2016, p. 289).

Deste modo, embora a ação, numa relação de coexistência com a pluralidade humana, tenha como consequência a imprevisibilidade dos resultados, a irreversibilidade dos processos, é ela quem possibilita uma afinidade entres os indivíduos e a parte pública do mundo. Sempre que os homens agem, iniciam novos processos. Essas ações são tão poderosas que nem o iniciador tem total controle sobre aquilo que inicia. Contudo, para a plena experiência humana é preciso que a ação não sucumba, que o mundo não desapareça e que os homens estejam dispostos ao desvelamento e à ação, abertura da pluralidade e do domínio público.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Hannah Arendt, ao desenvolver o conceito de ação, apresenta uma perspectiva que, sob influência da noção grega de *archein*, de tomar iniciativa, de começar, acrescenta uma novidade ao entendimento quanto à complexidade dos assuntos humanos, no sentido de que a existência dos agentes é percebida para além do elemento físico-biológico. À medida que fala e age, os homens se revelam enquanto dotados de igualdades e distinções, e a pluralidade se evidencia.

Este trabalho, portanto, buscou expor como ação e discurso estão relacionados quando os homens deslocam-se do lugar onde há apenas presença física bruta para o mundo humano, a partir da revelação de quem são. Isto ocorre por meio

de suas histórias, daquilo que fazem e pretendem fazer e das teias de relações que são estabelecidas entre eles. Deste modo, o desvelamento do “quem” só acontece mediante palavras e atos, e o âmbito onde isso é possível é o espaço público.

Para melhor delimitação do tema, não nos ocupamos, aqui, de maneira detida das características de imprevisibilidade e irreversibilidade da ação. O recorte privilegiado tinha em vista, pois, explorar as interconexões entre ação, discurso, pluralidade humana e o espaço de aparecimento dos homens. A ação referindo-se a uma atividade que tem como lugar o espaço público, que necessita da liberdade e de outros homens, bem como da comunicação por meio da palavra. Ação, assim, é sempre em conjunto, plural e pública.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- CORREIA, Adriano. “Pensar o que estamos fazendo”. *In*: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- LAFER, Celso. “Da dignidade da política”: sobre Hannah Arendt. *In*: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- GRESPLAN, Jorge. “Hannah Arendt e a ‘banalidade do mal’”. *In*: *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*, volume I. Jorge de Almeida e Wolfgang Bader (Orgs). São Paulo: Cosac Naify, 2013.